

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.754.599 - SP (2020/0231702-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : MARIA FRANCISCA PILEGGI MARTINELLI  
**ADVOGADOS** : WILSON CARLOS GUIMARAES - SP088310  
DANIEL DE GODOY PILEGGI - SP173740  
**AGRAVADO** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADO** : JÚLIO CÉSAR GARCIA - SP132679

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por MARIA FRANCISCA PILEGGI MARTINELLI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AÇÃO MONITÓRIA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA BLOQUEIO “ON LINE” DE ATIVOS FINANCEIROS NA CONTA CORRENTE DA EXECUTADA E EM CONTA VINCULADA A FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA DECISÃO QUE ACOLHEU PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO À PENHORA APRESENTADA PELA DEVEDORA PARA DETERMINAR O DESBLOQUEIO DO MONTANTE QUE EXCEDEU O MONTANTE DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE CABIMENTO HIPÓTESE EM QUE O NUMERÁRIO CONSTANTE DA CONTA VINCULADA AO INVESTIMENTO EM FUNDO DE RENDA FIXA NÃO GOZA DA PROTEÇÃO CONSTANTE DO ARTIGO 833 INCISO X DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ADEMAIS CONQUANTO EM PRINCÍPIO SEJAM IMPENHORÁVEIS OS VALORES ENCONTRADOS NA CONTA CORRENTE QUE A EXECUTADA UTILIZA PARA O RECEBIMENTO DE SEUS PROVENTOS DE APOSENTADORIA OS ELEMENTOS DOS AUTOS EVIDENCIAM QUE O SALDO BLOQUEADO ERA CONSTITUÍDO DE RECURSOS QUE SOBEJARAM NO MÊS ANTERIOR NÃO SENDO NECESSÁRIOS AO SUPRIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DA EXECUTADA POR FIM APESAR DA IDADE AVANÇADA E DOS NECESSÁRIOS CUIDADOS COM SUA SAÚDE OS EXTRATOS APRESENTA DOS REVELAM QUE OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA RECEBIDOS MENSALMENTE SÃO SUFICIENTES PARA

ATENDER SUFICIENTEMENTE TAIS DESPESAS  
RECURSO PROVIDO

Alega a recorrente divergência jurisprudencial em torno do art. 833, X, do CPC, para que seja reconhecida a impenhorabilidade de sua aplicação financeira, trazendo os seguintes argumentos:

A divergência de interpretação do artigo 833, inciso X, do Código de Processo Civil [...] encontra-se em consonância ao artigo 255, § 1º do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e flagrantemente demonstrado pelos trechos das decisões citadas, de modo que o presente Recurso Especial deve ser admitido, também, nos termos do Art. 105, III, "c", da CF/88 Nobres Ministros, como demonstrado nos autos, a Recorrente foi surpreendida com o bloqueio de sua conta corrente no valor de R 67.641,17 (sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e um reais e dezessete centavos), em decorrência de ordem judicial emanada dos presentes autos, conforme abaixo demonstrado: (...) (fls. 384).

[...]

ISTO POSTO e pelo mais que deverá ser, sabiamente, acrescido por esse Augusto SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, requer-se seja admitido, conhecido e PROVIDO o presente Recurso ESPECIAL, para que, reapreciando as questões de direito suscitadas, seja reformado o v. acórdão para o fim de reconhecer a impenhorabilidade da aplicação financeira em nome da Recorrente até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos. (fls. 384/385).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Em relação à quantia de R\$ R\$ 24.098,91, depositada em conta denominada “BB Renda Fixa Fundos”, cumpre destacar que não se trata de verba alcançada pela impenhorabilidade prevista no artigo 833, inciso X, do Código de Processo Civil.

Com efeito, o referido dispositivo estabelece que é impenhorável “a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos”.

[...]

Ainda que assim não fosse, verifica-se que a executada não juntou aos autos documento algum capaz de demonstrar que a quantia em questão estava depositada no referido fundo com nítido intuito de poupar recursos.

Portanto, é penhorável a quanto encontrada em conta destinada ao investimento “BB Renda Fixa Fundos”.

Quanto ao valor de R\$ 43.586,84, bloqueado na corrente da

devedora, infere-se dos autos que também não é impenhorável. Os extratos bancários juntados aos autos evidenciam que a conta corrente em questão é utilizada pela executada para o recebimento de seus proventos de aposentadoria, o que, em tese, tornaria impenhorável o numerário nela depositado, nos termos do artigo 833, inciso IV, do Código de Processo Civil. Contudo, admite-se a constrição de verba de origem salarial encontrada na conta corrente do devedor, caso constatada a existência de saldo remanescente de mês anterior, na medida em tal numerário se revelou desnecessário à satisfação de suas necessidades básicas naquele período. (fls. 364/365)

Assim, no que concerne à controvérsia debatida nos autos, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma indicado, que não decidiu a questão com base nas mesmas circunstâncias acima delineadas.

Nesse sentido, o STJ decidiu: "Quanto à apontada divergência jurisprudencial, observa-se que os acórdãos confrontados não possuem a mesma similitude fática e jurídica, uma vez que, enquanto o acórdão recorrido trata da prescrição quanto à indenização pela demora injustificada na concessão de aposentadoria, os acórdãos paradigmas cuidam do termo inicial da prescrição para requerer a conversão de licença-prêmio não gozada em pecúnia". (AgInt no REsp 1.659.721/SC, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 29/5/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no AREsp 1.625.775/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 25/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente